

Conclusões das Jornadas Científicas ULisboa 2026

Cooperação Científica num Mundo em Mudança

16 de junho de 2026 · Pavilhão de Portugal

As Jornadas Científicas ULisboa 2026 reuniram, sob o tema "Cooperação Científica num Mundo em Mudança", representantes da política pública, da academia, da indústria e de setores específicos para discutir com quem, como e porquê deve Portugal cooperar cientificamente num contexto de reconfiguração simultânea do sistema nacional de ciência e de redesenho do próximo programa-quadro europeu (PQ10). O programa do dia incluiu a Mesa Redonda I "Cooperar: com quem, como e porquê?", a Mesa Redonda II dedicada ao tema "Doutoramentos Colaborativos, que modelos, que atores e que valores", bem como duas Sessões de Casos de Cooperação, com comunicações orais curtas de boas práticas sobre projetos colaborativos internacionais, parcerias universidade-indústria, iniciativas interdisciplinares internas e casos de co-criação com o setor público, complementadas por posters apresentados em ecrãs digitais ao longo do dia. O debate teve como pano de fundo o financiamento e a governação da investigação que atravessaram, direta ou indiretamente, praticamente todas as questões discutidas nas várias sessões. As conclusões que se seguem cruzam os dois planos, o nacional e o europeu, e as suas influências na cooperação científica, tal como emergiram ao longo do dia.

1. A mudança não é incremental, é uma reconfiguração de sistema

O dia confirmou a tese central da abertura: Portugal não está apenas a ajustar políticas científicas pontuais, mas a redesenhar simultaneamente vários pilares do sistema, incluindo novo RJIES, nova Lei da Ciência e Inovação, novas regras para graus, novas carreiras, e a criação da Agência para a Investigação e Inovação (AI²), os quais influenciam a cooperação científica.

A coincidência temporal destas reformas foi tratada, ao longo do dia, não como acaso burocrático e desafio exigente, mas como uma janela de oportunidade única: raramente tantas peças do sistema científico português estão simultaneamente em aberto para serem desenhadas de forma coerente entre si.

Esta janela tem, porém, custos e riscos próprios. Redesenhar em simultâneo implica gerir sobreposições e interdependências entre reformas que seguem calendários, lógicas institucionais e atores diferentes. Foi sublinhado que a velocidade do redesenho, a incerteza prolongada que cria nas instituições e nas carreiras, e a exigência de participar simultaneamente em múltiplos processos de consulta reduzem a capacidade de envolvimento qualificado da comunidade científica precisamente quando esse envolvimento é mais necessário. A janela de oportunidade e o risco de fragmentação são, portanto, as duas faces do mesmo momento.

Em particular, é fundamental que o desenho da AI² não fragilize ainda mais um sistema que parte já de uma base de subfinanciamento crónico, reduzida previsibilidade e excessiva precariedade. Pelo contrário, deve contribuir para o aumento do envelope financeiro global, criando condições para reforçar os pilares de estabilidade, autonomia e previsibilidade de que depende a confiança no sistema científico. Neste contexto, embora as oportunidades europeias de financiamento sejam decisivas, devem ser encaradas como complementares e nunca como substitutivas das responsabilidades nacionais.

2. O financiamento da AI2 ainda não tem resposta

Com os compromissos da FCT já a consumir a maior parte do Orçamento de Estado disponível, de onde vem o envelope financeiro adicional necessário para a AI² cumprir a sua missão em domínios estratégicos?

Esta tensão não foi resolvida, e não era expectável que o fosse num painel pensado para gerar tensões produtivas em vez de consenso. Mas ficou claro que a credibilidade da AI2 vai depender menos do desenho institucional e mais da resposta a esta pergunta de financiamento, ainda em aberto.

Esta tensão ecoa diretamente a nível europeu, quando se reconhece que o Horizonte Europa atual está subfinanciado face às suas ambições, e o grupo de peritos recomenda um envelope de 220 mil milhões de euros para o PQ10, precisamente para evitar o mesmo problema à escala europeia.

Mas Portugal tem de ter mecanismos de financiamento próprios que lhe permitam definir a sua política de investigação e inovação, sem aceitar que a disponibilidade de financiamento europeu passe a definir, por si só, as prioridades, os instrumentos e os equilíbrios do sistema científico nacional.

3. Portugal depende excessivamente de financiamento orientado, não por escolha, mas por inércia estrutural

Importa tornar explícito o risco de desvirtuamento do sistema quando uma parte significativa do pacote de financiamento depende de fundos cuja vocação principal não é o desenvolvimento da ciência. Esses fundos podem ser úteis, mas só se forem integrados com contrapartidas nacionais e regras que preservem mérito científico, avaliação competitiva e coerência sistémica. A utilização significativa de fundos com vocação não primariamente científica exige contrapartidas e regras de integração que impeçam distorções regionais, temáticas ou instrumentais e preservem o mérito científico como critério determinante.

Um dos pontos mais claros do dia foi a constatação de que o peso elevado do financiamento orientado por prioridades estratégicas em Portugal não resulta de uma opção deliberada de política científica, mas, sobretudo, da forte dependência de fundos europeus, coesão e PRR, cujas regras impõem enquadramentos temáticos à partida.

Isto deixa o financiamento transversal e não orientado confinado às já limitadas verbas do Orçamento de Estado. Como pode a AI2 reequilibrar esta balança? Um argumento central foi o de que a investigação de fronteira (curiosity-driven) deve manter total separação e autonomia do financiamento orientado por desafios societais ou industriais. Não por purismo académico, mas porque são lógicas de financiamento e de risco fundamentalmente diferentes. Uma arquitetura que inclua a excelência científica, competitividade industrial, desafios societais e ecossistema de I&I é, no fundo, uma tentativa de dar a cada lógica o seu próprio espaço, sem deixar nenhuma delas subfinanciada pelas outras.

A inovação e a competitividade devem acrescentar instrumentos e recursos ao sistema, não substituir o financiamento científico de base nem converter a qualidade científica em critério secundário.

4. A fronteira entre definição política e autonomia científica continua indefinida

Em alguns países há separação clara entre quem define prioridades (Governo) e quem aloca financiamento dentro delas (agências autónomas); em Portugal, ao invés, a interação entre tutela política e agência financiadora é mais próxima, incluindo o desenho dos próprios instrumentos. Não houve, ao longo do dia, uma resposta clara sobre onde deveria estar essa fronteira. Esta ambiguidade é precisamente o que se tenta resolver com a recomendação de

que a independência da investigação de fronteira deve ser reforçada, separada da competitividade industrial e tecnológica e dos desafios sociais, de forma a que a definição de prioridades estratégicas não contamine a autonomia da avaliação científica dentro de cada esfera.

5. "Big Science" pede um tratamento diferenciado e já o está a receber

O atual Governo anunciou, em novembro de 2025, um investimento de 204,8 milhões de euros para a Agência Espacial Europeia até 2028, o que representa um aumento de 51% face ao compromisso anterior, com horizonte plurianual.

A pergunta que ficou para reflexão - se áreas como Espaço, Física de Partículas ou Defesa devem continuar a ter processos de definição estratégica e financiamento distintos dos restantes instrumentos de I&I -, não é apenas teórica: já está a acontecer na prática. A questão real que falta resolver é saber se a AI2 vai formalizar este tratamento diferenciado ou se vai tentar absorver estas áreas no mesmo enquadramento geral.

6. A inovação está bloqueada pela cultura institucional

Para além dos recursos também a organização esteve no centro da discussão. A cooperação universidade-empresa é hoje limitada pela forma como as instituições gerem conhecimento e propriedade intelectual. Este ponto teve eco direto na experiência das empresas com bolsas de doutoramento, cátedras e parcerias estruturadas, bem como na preparação da academia para co-criar com a indústria sem perder independência. Não houve consenso, e esse foi precisamente o objetivo: expor a tensão real entre dois mundos com lógicas de tempo, risco e propriedade intelectual diferentes.

7. A interdisciplinaridade ainda é aditiva, não estrutural

Identificou-se um padrão recorrente nas áreas da inteligência artificial e ciência de fronteira: ética, governação, psicologia, direito, ciências sociais, continuam frequentemente a ser "acrescentados" no final dos projetos, em vez de integrados desde a conceção. Recomendou-se, assim, que a avaliação de desafios sociais e industriais valorize a interdisciplinaridade desde a origem, não como camada adicional de compliance, mas como parte do desenho do próprio instrumento de financiamento.

8. A autonomia estratégica europeia está a mudar a natureza da cooperação

A reação mais transversal adveio do facto da autonomia estratégica europeia exigir uma nova forma de cooperação científica. O que muda, na prática, quando a cooperação passa a ter motivação geopolítica explícita, e não apenas científica ou económica? Para além de adaptar medidas nacionais às condições-fronteira europeias, é necessário influenciar antecipadamente o desenho do PQ10, do Fundo Europeu de Competitividade e das agendas científicas globais. É por isso fundamental que Portugal e as suas instituições atuem como participante ativo neste desenho europeu, influenciando agendas, regras e instrumentos antes de estes se transformarem em condições de financiamento que apenas restaria cumprir.

Esta discussão ecoa na necessidade de assegurar a associação rápida de parceiros próximos como Suíça e Reino Unido ao PQ10, e de desenhar o futuro Fundo Europeu de Competitividade (ECF) com uma abordagem proporcionada à segurança económica, reconhecendo que cooperação científica e autonomia estratégica já não são, do ponto de vista europeu, objetivos separados.

9. A mudança prioritária identificada pelo painel

Não houve convergência quanto à mudança prioritária para reforçar a cooperação científica em Portugal e na Europa, mas desenhou-se um consenso implícito segundo o qual a cooperação científica não vai melhorar por haver boa vontade institucional, mas sim como resultado de mudanças concretas em quatro frentes: financiamento estável e suficiente, fronteiras claras entre definição política e autonomia científica, instrumentos desenhados desde a origem para a interdisciplinaridade e a cooperação internacional, em vez de estas serem acrescentadas depois; e capacidade nacional de influência antecipada nas políticas científicas europeias e globais.

Nota final

O dia confirmou a frase com que a ULisboa abriu as Jornadas: "a cooperação científica não é apenas uma estratégia de produção de conhecimento, é uma escolha sobre o tipo de sistema científico, e de sociedade, que queremos construir." As Jornadas 2026 não resolveram essa escolha. Mas tornaram visíveis, com grande precisão, as tensões concretas que a vão determinar nos próximos anos, em particular durante o desenho da AI2 em Portugal e a negociação portuguesa do PQ10.

Comissão Organizadora

Ângela Barreto Xavier
Cecília Rodrigues
Helena Cortez-Pinto
Hermenegildo Fernandes
Nuno Araújo
Pedro Brogueira